

Ana Clara Torres Ribeiro

“Eu sei que é sempre fácil mobilizar os silenciosos e se acreditar, sem títulos, seus delegados. Mas, não se trata de evitá-los ou de recuperá-los segundo os termos de causas pré-concebidas. Sua invisibilidade corresponde, somente, à rigidez de tantas fachadas caducas.” (Michel de Certeau, *La culture au pluriel*, p.25, tradução nossa).

INTRODUÇÃO: tecido social

No atual período histórico, grandes transformações na vida urbana são experimentadas de forma inconclusa, parcelar, seletiva e destrutiva, gerando a crescente consciência dos riscos, o medo e a violência. Essas transformações têm sido analisadas através de referências à economia – globalização e mundialização, reestruturação produtiva e reestruturação urbana, ou através de remetimentos à política – neoliberalismo e crise da democracia. Entretanto, essas entradas analíticas, de indubitável valor, não permitem acesso seguro ao tecido social, o que traz, como consequência, a secundarização da análise do “fazer sociedade”. Nessa direção, pode-se constatar que, com frequência, quando acontece investimento na apreensão do tecido social, rapidamente o conhecimento alcançado retorna à economia e à política, como exemplificam as temáticas atuais do capital social, do empoderamento e das políticas sociais compensatórias.

Evidencia-se, com esse rápido retorno, a estagnação relativa da problemática da organização

social, em meio a processos de fragmentação dos espaços metropolitanos. É nessa ambiência que os elogios à cultura popular aparecem desacompanhados da reflexão sobre crenças e expectativas que orientam a sociabilidade e, ainda, que são omitidos os sentidos atribuídos ao afeto e à solidariedade. Essas tendências permitem reconhecer a influência do pensamento utilitarista e pragmático no tratamento do tecido social. Contribuem para essa influência os apelos à participação da sociedade realizados por sucessivos governos, sem que os significados e as possibilidades dessa participação sejam debatidos. Também contribuem os desenhos de políticas públicas que se apóiam em instituições sociais, sem que a crise atravessada por essas mesmas instituições seja enfrentada. Assim, apela-se para a participação e o apoio da família e da escola (Algebaile, 2004) na implementação de políticas públicas, como se a reprodução social não tivesse sido brutalmente atingida nas últimas décadas.

É em busca do tecido social que se constata, por outro lado, a valorização contemporânea do cotidiano e do lugar. Procura-se, com a reflexão

teórica, o correto enquadramento espaço-temporal da ação que resiste à destruição dos valores e das práticas que garantem a reprodução social. A força e os limites dessa resistência podem ser agora melhor compreendidos, dada a superação de leituras idealizadas, vigentes nos anos 80 e 90, da escala local da vida coletiva. Essa idealização baseou-se no esquecimento tanto da subordinação e das formas primárias de controle social, que tantas vezes acompanham a vida local, como da natureza transescalar da vida urbana. Realmente, a idealização da escala local colaborou para o enfraquecimento da reflexão da escala metropolitana, com fortes impactos negativos para a pesquisa da estruturação de classes que acompanha a crise urbana, que é também crise da urbanidade.

Hoje, a análise crítica da vida urbana destaca os processos de guetificação e gentrificação, relacionados ao aprofundamento das desigualdades sociais e à urbanização dispersa (Gottdiener, 1993). Essa análise tem modificado a compreensão do local, permitindo reconhecer, na valorização isolada dessa escala, a interferência de ideários administrativos sem ressonância na experiência política do país. Ainda o trabalho com a complexidade (Cuervo González, 2003) tem permitido questionar a reificação de escalas da vida coletiva, que estimula a compreensão do cotidiano e do lugar como realidades híbridas, na medida em que, no micro, é possível reconhecer diferentes manifestações do macro: decisões relativas à aplicação dos recursos públicos, influências institucionais, orientações culturais, interesses econômicos e políticos. Para as finalidades deste texto, a valorização dessas manifestações submete-se à observação de relações sociais que se desdobram no cotidiano e no lugar. Essa opção apóia-se na distinção analítica entre local (verticalidade) e lugar (horizontalidade), na configuração do espaço banal (Santos, 1996), e na tensão ordem – desordem.

De fato, a sociabilidade, nas grandes cidades, envolve a influência cultural detida (e exercida) por grandes instituições e redes sociais, responsáveis por processos de socialização e, portanto, por prêmios e punições que correspondem à vitalida-

de relativa das normas sociais. No ordenamento de relações sociais, participam a Igreja Católica e o Estado, mas também as redes sociais estimuladas pelos meios de comunicação, por organizações ilegais e por uma pluralidade de associações que respondem pelo dinamismo da sociedade civil, incluindo as que têm origem em diferentes orientações religiosas e nos movimentos culturais. As redes sociais, como sabemos, são dotadas de meios de convencimento, linguagens, códigos e de verdadeiros empresários das normas (Becker, 1977), com capacidade de conduzir a formação de agregados sociais e grupos de referência. Daí a necessidade de que a análise sociológica do presente se envolva com o “fazer sociedade” nos momentos (des) importantes do dia-a-dia (Certeau, 1988).

UM CENÁRIO EXTREMO

A crise societária - que surge como violência aberta, preconceito, exclusão e morte - tem exigido o regresso das ciências sociais a temas clássicos: modo de vida, sociabilidade, tecido social. Valorizam-se o cotidiano e o lugar, o senso comum e o espaço herdado, num real anseio por sinais que renovem a crença num futuro melhor, ou que garantam que a sociabilidade continua sendo possível. Explica-se esse anseio pelas projeções da vida urbana que apontam para o alargamento do *apartheid* social e a perda de valores compartilhados. É nessa conjuntura que surge a ênfase nos vínculos sociais, refazendo a problemática dos elos entre indivíduo e sociedade. Vejam como esses elos têm sido retomados: “A idéia, tão comum no pensamento anglosaxão, da sociedade como uma soma de indivíduos que competem entre si, idéia que se resume admiravelmente no conceito de mercado, é alheia às expectativas de Darhendorf, para quem a tarefa do liberalismo é hoje a criação de vínculos sociais, a renovação do pacto social, a recuperação do sentido de comunidade, preservando por sua vez as opções individuais.” (Pinto, 1996, p.175).

No Brasil, essas esperanças deixaram de ser exclusivamente buscadas nos âmbitos da econo-

mia e da política, em decorrência da carência de projetos socialmente consistentes de modernização e, logo, para a atualização do seu epicentro – a metrópole. Os espaços novos, as cidades médias, como previu Milton Santos (1993), conduzem agora, de forma privilegiada, o encaixe da economia às tendências do mercado mundial, enquanto as grandes cidades, construídas em períodos históricos anteriores, enfrentam as conseqüências sociais de uma forma de progresso cada vez mais seletiva e extrovertida. Não surpreende, portanto, o que as estatísticas confirmam: o contínuo aprofundamento do drama social vivido nas metrópoles mais antigas do país. Aumentam as distâncias sociais nesses espaços que, historicamente, concentraram as condições materiais e imateriais da acumulação capitalista.

As esperanças, que também são das ciências sociais, passaram a ser procuradas na vida em sociedade, ou seja, naquelas práticas que indicam a manutenção, ainda que tênue e sofrida, da solidariedade. É nesse sentido que podemos compreender alguns aspectos relevantes da volta aos clássicos, como demonstram a valorização das obras de Max Weber (Cf Pinto, 1996) e Georg Simmel.¹ Além dos numerosos estudos dedicados ao lugar. Em paralelo, constata-se que o anseio por orientações culturais seguras pode ser reconhecido em alguns comportamentos sociais, como exemplificam a adesão de tantos jovens, a valores culturais tradicionais e o retorno à religião, além da busca de vínculos com a natureza. Essas reações sociais indicam que a vida prometida pela modernidade radicalizada apresenta aspectos deletérios, que ameaçam o tecido social, alimentando o mal estar causado pela perspectiva de um futuro artificial, maquínico e, sobretudo,

excludente.

A aventura da modernidade enveredou por (des) caminhos marcados pelo descarte da maioria. De outro lado, o trabalho assumiu a roupagem de uma aventura, a ser vivida apenas por aqueles que desenvolvem ações estratégicas que superem, a tempo e a hora, o esgotamento das oportunidades hoje conhecidas. Nessa ambiência, a ordem de empreender e inovar tem sido muito mais ouvida do que os chamamentos dos antigos modernizadores, relativos à construção de referências institucionais para um (assim prometido) generoso futuro. Radicalizando esse cenário, poderia ser dito que não há mais progresso esperado para todos e, assim, não há tarefas essenciais atribuídas às instituições da modernidade, que incluem a família nuclear, a escola, o sindicato e o partido político. Essas instituições, nesse cenário extremo, perdem parte do seu compromisso com o exercício legítimo do poder e, portanto, da sua capacidade de propor valores e projetos orientadores da formação do indivíduo, da sociabilidade e da urbanidade.

Evidentemente, esse cenário extremo, radicalizado, tem apenas a função de servir, neste texto, de parâmetro para a observação de tendências do presente. Entre essas tendências, citamos o individualismo crescente, que não se interrompe na porta da casa ou na fronteira do bairro, e a concorrência como diretriz das atitudes profissionais, mesmo naquelas instituições que, em princípio, poderiam resistir aos aspectos mais destrutivos da versão hegemônica do mercado. Na vida urbana, essas tendências são reconhecíveis nas ideologias do corpo, no consumismo e na atualização parcial da estrutura de classes. Nas palavras de Carlos Fuentes: “A classe média, que pode resgatar das crises sucessivas poupanças, negócios e inversões, separa-se, cada vez mais, da classe média pauperizada, que não pode pagar a escola privada, a mensalidade do carro ou a hipoteca do apartamento” (1997, p. 23) (tradução nossa). Da mesma forma, em estudo anterior (Ribeiro *et al*, 1996), indicou-se que a involução intra-metropolitana afasta as famílias jovens pauperizadas dos lugares tra-

¹ Talvez a seguinte passagem de Luckács, sobre a importância de Simmel, colabore na compreensão da busca contemporânea por sua obra: “O espiritual nele (Simmel) é a apreensão fulgurante, o esgotamento ao mesmo tempo chocante e pregnante de fatos filosóficos ainda não decifrados, a faculdade de ver o fenômeno mais íntimo, o mais anódino da vida cotidiana, tão fortemente sub specie philosophiae, tornando-o translúcido e deixando aparecer, para além dessa transparência, o eterno encaideamento de formas do qual é solidário o senso filosófico” (1988, p. 256) (tradução nossa).

dicionais da pobreza nas grandes cidades brasileiras, o que dificulta as reivindicações coletivas e a preservação da solidariedade de classe.

Nessas circunstâncias, as expectativas coletivas, independentemente da real urgência de sua satisfação, têm sido submetidas ao império do “aqui e agora”, enquanto o futuro assume a fisionomia assustadora da fluidez e da renovação contínua, transformadas em fatalidade.² Essa projeção da vida individual e coletiva, de fôlego curto, descortina uma perspectiva espaço-temporal subjetivamente insuportável, até mesmo para aqueles com acesso aos conhecimentos técnicos de ponta. Trata-se de destino concebido como condenação a um trabalho de Sísifo, exigido, apenas, para que não sejam perdidos conhecimentos e bens materiais alcançados num determinado momento. Efetivamente, as inovações, destiladas nas esferas da reprodução social, impulsionam a oferta excessiva de pseudoalternativas para cada ato e para cada atitude, o que desafia a elaboração cuidada de projetos e, em consequência, a concreta previsão até do futuro próximo. É nesse contexto que a capacidade de conceber projetos (e de realizá-los) emerge como um dos mais fortes indicadores de prestígio social, tornando-se área de atuação de mediadores e especialistas. Em decorrência, essa capacidade passa a ser negada, ainda com mais força do que antes, justamente para aqueles que dela mais precisam, ou seja, os que têm poucos recursos. Exemplos surgem da lembrança dos lugares construídos pelo lento labor dos pobres, pressionados por enclaves de classe média e alta, ou com a citação da insegurança produzida pela intervenção do capital financeiro na saúde e na educação.

No presente, o mercado ultrapassa as fronteiras de suas instituições de comando e das relações que conformam a instância econômica da estrutura social. Os agenciamentos financeiros, associados a produtos e serviços, ao serem difundi-

dos no cotidiano, interferem na sociabilidade. Recorde-se, nessa direção, o empréstimo para aposentados implementado recentemente no país, gerador de pouco pesquisadas pressões familiares sobre os mais velhos, e o acesso popular ao crédito, que endivida, por laços de amizade, aqueles que até então conseguiam manter a “cabeça fora d’água”. Assim, a monetarização das relações sociais, que caracteriza a vida urbana, adquire novos conteúdos, que reduzem a gratuidade e a espontaneidade indispensáveis à sociabilidade e aos sentidos mais largos da urbanidade.

Podem o cotidiano, o lugar, a sociabilidade e a urbanidade resistir à financeirização das relações sociais, que acentua a insegurança no acesso às condições materiais e imateriais de vida urbana? Sabemos que o funcionamento do mercado depende de inovações contínuas, que desestabilizam hábitos e comportamentos. As inovações, que propõem a rápida superação do até ontem novo, também aumentam, sem descanso, a densidade material da vida coletiva e as desigualdades socioculturais, magnificando a demanda por investimentos subjetivos que nutram a sociabilidade. Há limites na mercantilização do afeto e da amizade; na tradução financeira do amor e da preocupação com os filhos; na adesão à previsão mercantil do futuro dos entes queridos (quem consegue escapar do telemarketing dos seguros de vida?). Cabe acrescentar que a tradução mercantil da subjetividade, estimulada pela financeirização das relações sociais, atinge fundamentos da democracia, por interferir em trocas intersubjetivas que sustentam a aceitação da singularidade do Outro.

Essas tendências são responsáveis por custos sociais relacionados à ampliação estonteante do mundo dos objetos. Esses custos incluem esforços dirigidos à sublimação de desejos em nome da vida em comum. Por outro lado, a impossibilidade de aderir à expressão material do vínculo social, orientada pelo marketing, sobrecarrega indivíduos e instituições, por exigir maiores compensações subjetivas. Entretanto, essas compensações são, por sua vez, dificultadas pela aceleração da vida diária e pela carência de referências

² Carlos Fuentes (1997) destaca positivamente a perspectiva de uma educação vitalícia, como caminho para a inclusão social. A nosso ver, esse tipo de proposta visa à institucionalização de exigências do mercado, sem que sejam efetivamente enfrentadas importantes questões relacionadas à transmissão de valores e à socialização.

culturais que propiciem o controle (que é pedagógico) das vontades individuais.

Nessa vida mercantilizada, é vedada, para a maioria, o apaziguamento das tensões sociais através de gastos financeiros, incluindo as tensões que atravessam o ambiente familiar, as relações de vizinhança e a amizade. Inexiste também, para a maioria, o acesso a instituições seculares que lidem com a subjetividade, como a psicanálise. Além disso, o negócio, como norte da ideologia dominante, renega o aprendizado da negociação, retirando o tempo e o lugar que lhe são indispensáveis. Aliás, esse é um ângulo da vida urbana que tem sido pouco associado pelo pensamento crítico à privatização do espaço público (Ribeiro, 2005) e à manipulação mercantil do tempo.

SITUAÇÕES, INDÍCIOS E VESTÍGIOS

Com esse cenário extremo em mente, reconhece-se que a sociabilidade obriga o pesquisador a lidar com diagnósticos da totalidade social e, simultaneamente, a observar o muito pequeno, o detalhe, o sintoma que emerge no gesto aparentemente insignificante. Esse gesto pode abrigar valores culturais essenciais, antigas regras básicas de convívio e esforços de comunicação. Assim, a reflexão sobre a sociabilidade, indispensável nestes tempos de destruição, leva à insatisfação, com a seleção de apenas uma das grandes correntes do pensamento crítico contemporâneo: (1) aquela formada por análises que apontam para a crise societária, a barbárie e a anomia, que têm origem no neoliberalismo; (2) a que estimula a pesquisa de estratégias e táticas de sobrevivência, com apoio em metodologias comprometidas com as identidades sociais, os valores culturais e, especialmente, com o reconhecimento da plenitude do Outro.

No âmago dessas duas correntes, existe um núcleo comum de questões relacionadas à dinâmica das forças instituintes e à continuidade da vida urbana. O envolvimento com esse núcleo é obrigatório para todos aqueles que, preocupados com o presente, procuram caminhos para um fu-

turo radicalmente democrático. A ausência de projetos inclusivos de modernização traz a necessidade de que o “fazer sociedade” seja reconhecido em fatos que desafiam os conceitos disponíveis. Permanece, no cotidiano e no lugar, a busca da sociabilidade, mesmo em condições que apontam para os limites do humano.³ Fatos que propiciam a reflexão sobre essa busca nas condições do presente são ofertados pela mídia, quando o espectador preserva a reflexividade frente às mensagens recebidas, ou através da leitura direta da vida urbana.⁴

Observem-se os seguintes episódios: a) numa cidade do Líbano, entre ruínas, escombros, prédios destruídos e detritos, um casamento é celebrado com toda a devida pompa; b) um jovem judeu e uma jovem palestina, ao se cumprimentarem, criam um momento de encanto e de mútua sedução entre dois andares de um prédio de Tel-Aviv, cidade ameaçada no início da Guerra do Golfo; c) nos dias que antecedem a invasão norteamericana do Iraque, uma família composta de pai, mãe e filhos pequenos declara dirigir-se a Bagdá, por ser esse o seu lugar. Essa declaração foi feita em meio ao alegre consumo de um lanche, composto de sanduíche e coca-cola; d) em pleno tiroteiro entre tráfico e polícia em Santa Teresa (Rio de Janeiro), bastou atravessar a face de um prédio para que uma cena cotidiana se repetisse – dois gordos porteiros, bem acomodados em cadeiras de praia, conversam sobre temas corriqueiros; e) sob um viaduto da Avenida Brasil (Rio de Janeiro), uma senhora varre o chão, arruma a toalha que cobre um caixote e cuida de suas plantas, atualizando um antigo ritual doméstico.

³ Certamente, estendendo demais a proposta conceitual de Jose de Souza Martins (1997), aciona-se, aqui, a relevância que esse autor atribui aos diferentes tempos históricos a que correspondem as forças sociais em confronto num determinado espaço. Essa diferença pode gerar a desumanização do conflito social, pela recusa da humanidade do Outro pelas forças dominantes.

⁴ Sartre (1967) oferece um belíssimo exemplo de análise sintomática de notícias, quando estuda o episódio do piloto negro que morre ao final de uma aventura iniciada com a ousadia de tomar para si o direito de comandar um avião inglês. Esse gesto sintetizaria, para Sartre, todas as formas de destruição do Outro, geradas pelo colonialismo, mas também a irredutibilidade do Outro, pela potencial afirmação do sujeito em quaisquer circunstâncias.

Com esses exemplos, sente-se a tentação de repetir o diagnóstico da banalização da violência ou, seguindo caminho inverso, valorizar resistências sociais. Mas é provável que essas duas opções analíticas sejam igualmente insuficientes. Deve-se reconhecer, diante de sinais da vida que “escorre entre os dedos” e de determinantes culturais profundos, que usualmente faltam palavras (conceitos) para a apreensão da sociabilidade transformada em acontecimento. Essa mesma carência talvez seja sentida por aqueles que iniciam a reflexão sobre a densidade do social pela observação do cotidiano. Com o reconhecimento da limitação do discurso acadêmico, compreende-se melhor a citação de Joyce, realizada por Henri Lefebvre, no início de *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Além de Joyce, quem mais ousou narrar a plenitude (a opacidade e a banalidade) de um único dia?

Existem elos (ir) relevantes entre cotidiano, lugar, indivíduo e pessoa. Através desses elos, tudo acontece e adquire sentido, permitindo a individuação e o pertencimento, e também nada importa ou tem significado, já que cada gesto pode ser envolto em enredos da cotidianidade alienada e na indiferença. Essas ondulações da tessitura do social, inscritas no chão de historicidade, construído por influências institucionais, como esclarece Alain Touraine (1984), formam as condições espaço-temporais da ação social. É nessas condições que a sociabilidade pode ser alimentada ou destruída por uma atitude, um gesto, uma palavra, um sorriso ou um olhar.

Por sua inscrição em numerosos e incertos eventos, a sociabilidade tende a escapar do pesquisador, entre as malhas da rede de conceitos acionável para o estudo dos contextos sociais. O cotidiano e o lugar trazem a necessidade de refletir sobre o não-dito, o invisível, o anônimo (Ribeiro; Lourenço, 2001), e também sobre aquilo que se duvida valer a pena tentar dizer. Ao mesmo tempo, essas dimensões da vida coletiva afirmam-se como as únicas que aproximam a sociabilidade da imaginação sociológica contemporânea, impondo a descoberta de linguagens adequadas à citação, mesmo que frágil, das interações sociais

construídas entre o acaso, a gratuidade, a mercantilização de todos os ângulos da existência e a violência.

Apesar dos episódios antes elencados admitirem a sua aproximação com a influência historicamente exercida pelas grandes instituições – por apresentarem elementos de crenças religiosas, das normas familiares, da ação do Estado e do amor romântico –, certamente também demandam respeito por sua existência única, irreduzível e quase poética. Apenas esse respeito, como ensina Sartre (1967), introduz plenamente a dimensão do sujeito na interpretação da ação social. Sem dúvida, é necessário ir além das normas do discurso acadêmico para dizer daqueles gestos que, expressivos da arte da vida, absorvem orientações culturais difusas, sustentando o aparecimento, ainda que fugaz, daquele Ulysses cotidiano que Walcler de Lima Mendes Junior (2005) denominou de demiurgo moderno. Também são esses gestos que dizem da existência de fios transmissores da cultura e que apontam para a introjeção de novas práticas na densidade do social.⁵

No cotidiano e no lugar, gestos-fio costumam saberes à co-presença, estimulando a superação do prestígio ainda mantido pelas leituras mecanicistas e funcionalistas da vida urbana. Apresenta-se, neste momento, mais um pequeno episódio: num ônibus cheio e trepidante, uma aluna de escola pública levanta-se e cede o seu lugar, num gesto espontâneo e gracioso, a uma senhora idosa. O gesto é registrado e elogiado por duas outras senhoras, que até então não se conheciam. Sorrindo, citam Gonzaguinha: “... a vida é bonita, é bonita e é bonita!” Aliás, a capacidade de narrar a troca singela, que enfrenta tanto o discurso catastrofista quanto a grande narrativa, talvez explique a sedução exercida pela cinematografia iraniana mais divulgada no país. Nessa produção, o

⁵ Nessa direção, o Laboratório da Conjuntura Social: tecnologia e território (LASTRO), do IPPUR/UFRJ, dedica-se, desde 1998, ao levantamento sistemático e à análise de todo possível gesto registrado pela imprensa de protesto, reivindicação e rebeldia nas metrópoles brasileiras. Esse levantamento sustenta a posterior aproximação, através de outras técnicas de pesquisa, de sujeitos em geral pouco reconhecidos na cena urbana.

relato incorpora o envolvimento identitário, valorizando práticas decantadas pelos desafios da existência.

Essas práticas demandam poucas palavras e poucos recursos técnicos para serem admiradas. A sua compreensão independe da retórica, pois a legitimidade que as abriga advém da socialização e da sociabilidade. A redução dessa possibilidade de compreensão instantânea e fraterna, pelo alargamento de fraturas sociais, constitui uma nítida e dolorosa manifestação da crise urbana. Quando escapam os fios da sociabilidade, predominam a eficácia e a competitividade impostas pela cultura dominante, condutoras da radicalização, e do resultante esgotamento, de orientações culturais da modernidade.⁶ Em contraste, gestos-fio mobilizadores nutrem a reprodução social de maneira muito larga e difusa, contradizendo as rígidas associações entre reprodução e rotina, ou entre reprodução e discurso. Acredita-se que, nessas associações, ocorram, talvez à revelia de seus propositores, o predomínio do economicismo e do politicismo na apreensão da sociabilidade, o que restringe a análise da produção desinteressada da vida coletiva.

Os gestos-fio elaborados pela ação espontânea, ou seja, pela ação não planejada ou apenas singelamente concebida, são portadores dos valores compartilhados por um determinado povo, etnia, camada social ou grupo. Essa ação pode criar lugares onde, antes, só havia espaço e racionalização. Da mesma forma, essa ação pode superar, mesmo que apenas por pouco tempo, a cotidianidade alienada, quando manifesta a fraternidade e a irredutível pertença. Tais ações, cujos desdobramentos, por vezes, adquirem grande velocidade, são reconhecíveis em *riots* de origem étnica nos Estados Unidos e em protestos contra a violência policial nas favelas do Rio de

Janeiro. Naquelas ações, que se aproximam dos fenômenos de multidão, o acaso e a incerteza encontram o seu impulso ativo nas teias e tramas da experiência social.

Nessas ocasiões, os atores sociais apreendem, de forma quase instantânea, a historicidade subjacente à situação vivida naquele momento e naquele lugar, legitimando, implicitamente, os gestos-fio que expressem solidariedade e compreensão. Os resultados econômicos e políticos desses gestos-fio correspondem às denúncias que ajudam a realizar, ou à mobilização de atores políticos e agentes econômicos que são capazes de estimular. Mais do que isso, entretanto, esses gestos-fio reafirmam a sociabilidade, possibilitando o afloramento de fundamentos da vida social, distantes a priori de qualquer tipo de fundamentalismo. No âmbito do “fazer sociedade”, não existem barreiras intransponíveis entre ação espontânea e ação organizada, desde que a organização seja compreendida em sua verdadeira complexidade, isto é, como vasto e heterogêneo conjunto articulado de ações tornadas espontâneas por acúmulos da experiência social.

COTIDIANO, LUGAR E VÍNCULOS SOCIAIS

Em inapelável convívio com dúvidas e perguntas, cabe ao analista ensaiar maneiras de dizer de indícios, vestígios e sintomas do que pode ser denominado de mundo da vida, citando, neste momento, Habermas (Cf Pinto, 1996, p. 189-196). Afinal, o esforço de comunicação integra as tarefas do “fazer sociedade”, numa época em que a informação, transformada em mercadoria, ameaça a negociação de sentidos, as trocas intersubjetivas, a sociabilidade e o conhecimento.⁷ Atualmente, a implosão tendencial da urbanidade desestabiliza

⁶ Ao apresentar o pensamento de Wolfgang Schluchter, Julio Pinto (op cit) recorda que a modernidade “cria uma forma de cultura própria, a cultura profissional, que se independiza das contribuições religiosas que haviam acompanhado o seu surgimento. Então, seculariza-se a relação de dominação com o mundo que caracteriza a modernidade, relação na qual a não-fraternidade segue sendo o princípio sustentador...” (p. 188, tradução nossa).

⁷ Como diz Norbert Elias (1998): “... os símbolos lingüísticos que se desenvolvem através do uso que um grupo humano faz deles não se reduzem à sua função de meios de comunicação. Eu gostaria de lembrar que, no meio humano, os símbolos especificamente sociais adquiriram uma função de meios de orientação e, portanto, de conhecimento.” (p. 20).

a reprodução social da maneira mais evidente, articulando a luta diária pela sobrevivência à crise urbana, que é mais ampla e dolorosa nos países periféricos. Nessas circunstâncias, é impossível recusar o convite de Michel de Certeau (1998) para que se escute atentamente o murmúrio da vida coletiva, reconhecendo sinais da tessitura do social.

Há, realmente, uma tarefa, relativa à preservação e à renovação de valores culturais, a ser assumida por todos e por cada um. Essa tarefa, que envolve o experimento de práticas, ultrapassa as ordens do Estado ou o desenho de políticas sociais por agências multilaterais e entidades da sociedade civil. Trata-se de um dever de compartilhamento, que emerge na vida diária e no lugar, mas também em sintonia com a potencial fraternidade, sem limites geográficos, trazida pela empiricização do mundo (Santos, 2000). Esse dever pode ser indicado pelo sentimento de comunidade de destino, como pertencimento, ou, pelo menos, empatia. Em contraste, a fluidez e a velocidade, a imaterialidade e a ubiqüidade, o consumo exponencial e a aceleração da vida diária, que caracterizam a nova fase do capitalismo, estimulam expectativas de rápida superação individual de obrigações institucionais e, ainda, de alívio do peso de valores herdados.

O indivíduo, projetado por instituições subordinadas ao comando da economia globalizada e por orientações políticas servis, é pura ação e pura estratégia, envoltas numa aura de criatividade e de inesgotável realização pessoal. Porém esse mesmo indivíduo, apresentado como eficiente e empreendedor, é cada vez mais dependente de redes sociais e técnicas e, sobretudo, da manutenção de condições de vida construídas pelos esforços conjugados daqueles que tecem diariamente a sociabilidade, ou melhor, esse indivíduo é dependente da boa vontade e da paciência do Outro, daquele que conhece, como diria Nelson Rodrigues, “a vida como ela é”. A tessitura do social, por incorporar saberes ancestrais, permanece geralmente invisível para o pensamento dominante, por resultar da ação dos que precisam, como

disse Milton Santos (1994), desvendar as condições indispensáveis à sobrevivência. São eles que conhecem o espaço e que reduzem, espontaneamente, impactos da financeirização da vida urbana, mediante uma infinidade de gestos-fio que renovam as trocas banais, e também surpreendentes, no cotidiano e nos lugares.

As contradições, porém, alcançam novas escalas, atingindo a socialização e a sociabilidade e interferindo na totalidade dos mecanismos responsáveis pela reprodução social. Mais uma vez, nas palavras de Carlos Fuentes (1997): “A novidade da situação é que hoje o Terceiro Mundo compartilha os problemas da crise urbana com o Primeiro Mundo. Gente sem moradia, drogatização, discriminação contra a mulher, homofobia, abandono de velhos, insegurança cidadina, crianças assassinadas, infraestruturas em ruínas e pandemias incontroláveis são problemas compartilhados atualmente por Boston, Birmingham, Bogotá e Brazaville” (p. 38-39, tradução nossa). Com certeza, a crise das grandes cidades pode ser refletida, com proveito, pelos rumos tomados pelo capitalismo, pela difusão das tecnologias de informação e comunicação e pela americanização dos modos dominantes de vida. Entretanto, como já dito, é necessário ir mais longe, considerando a própria produção social da realidade social, o que inclui o “estar junto” e, ainda, os enredamentos permitidos pela experiência urbana.

Nessa direção, Eber Pires Marzulo (2005), ao estudar a vida familiar em favelas da zona sul do Rio de Janeiro, desvenda os atuais limites desses enredamentos, não apenas no que concerne ao intra-muros das próprias favelas, mas com relação ao “asfalto”. A falta de compartilhamento interclassista nos serviços públicos e a agudização de disputas territoriais armadas trazem, como consequência, uma vivência da cidade limitada a redes sociais consolidadas, o que, por sua vez, fragiliza o exercício da sociabilidade. Amplia-se, portanto, o contraste entre a efervescência urbana, gestada pela manipulação mercantil da cultura e da informação, e as oportunidades de troca, que são intrínsecas à evolução da urbanidade.

As limitações postas à sociabilidade desvalorizam a pessoa, sem que o indivíduo, projetado pela cultura dominante, possa manifestar-se, o que evidentemente desfaz sentidos dos papéis desempenhados por instituições responsáveis pela sociabilização. Faltam, nas grandes cidades dos países periféricos, condições estruturais que sustentem a tradução material da autonomia individual trazida pela exarcebção do mercado, e falta o suporte institucional necessário ao amadurecimento secular do indivíduo. De fato, como ainda propõe Ralph Dahrendorf, segundo Julio Pinto (1996):

Os elementos constituintes das oportunidades são as opções, isto é, as possibilidades estruturais de eleição que correspondem às ações sociais e aos vínculos ou laços que definem a integração do indivíduo nos grupos sociais, que dão sentido à ação individual ao se constituírem no seu "ponto de referência" (p. 174, tradução nossa).

A limitação dos vínculos que poderiam atribuir sentido à autonomia do indivíduo no contexto da desregulamentação das relações sociais amplifica a relevância atribuída aos grupos mais próximos, o que termina por estimular fraturas sociais, como ilustram a multiplicação das seitas e a instabilidade na filiação a tendências e correntes de pensamento que caracteriza a produção cultural e a vida política nas grandes cidades do país. Na atualidade, o alargamento de referências institucionais precisaria acompanhar a multiplicação de (aparentes) opções trazida pela chamada sociedade da informação, com apoio na nova base técnica da vida urbana. Porém observa-se, ao inverso, a emergência de processos que indicam o afunilamento da experiência urbana e a seletividade social.

São algumas dessas tendências: (a) fragilização de instituições, associada à redução dos papéis assumidos pelo Estado; (b) criação de obstáculos a avanços na concepção da democracia; (c) renovação de práticas sociais, sem firmes consequências para a socialização; (d) aumento da concorrência inter e intra-institucional, como exemplificam o mercado da educação e a neoreligiosidade; (e) privatização do espaço público, amplificando a segregação socioespacial. Fren-

te a essas tendências, esgota-se a metáfora do mosaico cultural, que sempre poderia alimentar a representação de uma rica e heterogênea paisagem urbana.

As grandes cidades atuais são resistentes à proposição de metáforas que sinalizem leituras da totalidade, em decorrência de investimentos de agentes econômicos dominantes, que visam ao controle e à conseqüente privatização do próprio imaginário urbano: *marketing* urbano e *geomarketing*. Além disso, as metáforas, potencializadoras de futuros conceitos, enfrentam obstáculos que têm origem na desinstitucionalização e na fragmentação. Enfim, não mais um mosaico, mas, retalhos mal costurados, cacos, superfícies isoladas, fraturas e desagregação. Como propor imagens sintéticas efetivamente inspiradoras - da política, do planejamento urbano e do urbanismo - no atual período histórico?

RÁPIDAS CONCLUSÕES: racionalização fragmentadora

Agora, a apreensão da vida urbana enfrenta dificuldades no alcance de sínteses, mesmo provisórias, que reúnam práticas sociais, orientações culturais e espacialidade em transformação. Manifesta-se uma perigosa ausência de empenho no alcance de representações igualitárias da vida urbana e de socialização de códigos que ampliem a sociabilidade. Essa ausência não poderá ser superada pelas limitadas mensagens dos meios de comunicação de massas, pelo *design* urbano, pela sedução do mundo *fashion*, ou por informações que interessem somente a alguns iniciados. Aliás, os meios de comunicação e informação, em si mesmos, perderam parte significativa de sua capacidade de representar a modernidade e o futuro. Emergem, a cada dia, como veículos do imediato ou, no máximo, como sustentáculos de inovações que alimentarão o presente amplificado.

Sem dúvida, esses veículos, portadores de novos fluxos de mensagens, irrigam o tecido social. Entretanto, essa irrigação, que é seletiva e mui-

to veloz, permitirá a emergência de uma experiência urbana mais rica, densa, plural e solidária? Afinal, as massas urbanas, essa categoria trabalhada pelas teorias da modernização, têm sido atingidas por processos de dissolução que estão muito longe de representar, como afirmaram os primeiros pós-modernos, a superação da alienada homogeneização das sociedades industriais. Até o momento, não surgiram mecanismos de incorporação econômica e simbólica que sustentem a generalização de direitos, o que significa a existência de fortes obstáculos à reinvenção da democracia (Santos, 2002). Nessas circunstâncias, é necessário apoiar iniciativas que criem vínculos sociais, sobretudo quando sofrem os preconceitos dos mais ricos e de segmentos das classes médias urbanas, seduzidos pelas promessas da globalização da economia.

Na busca de sintonia com processos que denotem enfrentamento da crise urbana, é indispensável escutar as letras dos *raps*, apreender as mensagens dos grafites (Rodrigues, 2005) e conversar com aqueles que habitam nas ruas das grandes cidades, inclusive para que a análise sociológica do presente não se perca em modelos que, por pretenderem substituir teorias e trabalhos de campo, não iluminam a sociabilidade. A adesão a modelos desenraizados das práticas sociais impede a compreensão dos vínculos que atravessam muros, barreiras e a indiferença. Por outro lado, esses vínculos, mesmo que articulados a determinantes estruturais, não se ajustam com facilidade aos níveis, esferas ou campos em que as teorias, por vezes, pretendem confiná-los. Ao contrário, a sociabilidade, ao mesmo tempo em que resulta de relações sociais regradas, pode apresentar frutos inesperados quando a vida não mais se orienta pela rotina ou pela repetição.

A crise urbana agudiza o desencantamento que acompanha a modernização, mas também deixa clara a necessária superação do predomínio da ação instrumental. Como demonstra Giacomo Marramao (1997), o desencantamento e a dessacralização não são fenômenos lineares e obrigatoriamente crescentes. Existem reversões, incon-

gruências, e, por fim, anseios relacionados à ressacralização da experiência coletiva. Aliás, sem esses anseios, será possível conceber qualquer saída política para a crise urbana, já que ela dependerá de encantamento pelo “estar junto”? Afinal, a crise urbana denuncia a destruição trazida pelo excesso de racionalização no uso do espaço herdado e os malefícios da competitividade (Santos, 2000). A expansão incontida da racionalização de todos os gestos e atitudes, que constitui, em grande parte, a ordem proposta por tantas inovações técnicas, estimula a ação estratégica. Mas essa ação só tem sentido quando abrigada em projetos (planos) que ultrapassem o nível imediato da existência, o que pressupõe a sua ousada inscrição no tecido social.

Deixada só, sem o acompanhamento da vontade coletiva, a ação estratégica desgasta-se com rapidez, permitindo que sejam reconhecidas as suas características circunstanciais, amorfas e fragmentadoras. Limitada ao exercício da administração de recursos, a ação estratégica é incapaz de estimular o ato socializador radical e de orientar a conquista da legitimidade, na medida em que esse ato e essa conquista dependem do envolvimento gratuito de numerosos outros. Por não suportar esse envolvimento, a ação estratégica veiculada pelo pensamento dominante, que é, sobretudo, gestora, deixa transparecer que a reprodução sistêmica da vida urbana restringe-se a círculos sociais cada vez mais estreitos, que tendem a ser mutuamente destrutivos. Com essa proposta, como é possível preservar a sociabilidade e amadurecer a urbanidade? E, também, como é possível favorecer a criação e a criatividade que apoiem a ação libertária e a efervescência urbana não manipulada?

A racionalização fragmentadora, por recusar o diálogo aberto com a memória dos lugares e restringir a co-presença, termina por ser, também ela, fragmentada, produzindo crescente incoerência e, por fim, irracionalidade. Esse tipo de racionalização - que procura ocultar a destinação, para apenas alguns, das condições materiais de vida trazidas pela última modernidade - é responsável pela produção social da escassez. Recorde-se, nes-

sa direção, os enclaves sociais de luxo da urbanização dispersa e a turistificação do território, quando destróem, sem substituí-los, anteriores modos de vida. Pode ser dito, com esses elementos, que a ampliação das fraturas sociais resulta da hegemonia conquistada por uma ação estratégica que se volta preferencialmente para ambientes exclusivos, nichos de oportunidades e contextos onde se concentrem as oportunidades de lucro excepcional.

A formação desses ambientes impõe a contínua recriação artificial da vida urbana, através de mecanismos de segurança e vigilância que atraem a militarização da experiência diária. Trata-se da montagem estudada de estilos de vida que absorvem os novos serviços. Em contraste com esses frutos da racionalização fragmentadora e fragmentada, expandem-se, em decorrência da desregulamentação, a ação espontânea, o ato tentativo, a “viração”. Em diferentes registros, a ação espontânea sustenta-se na comunicação e em saberes pretéritos, abrindo-se, por sua natureza incerta e tentativa, para a adesão do Outro. Essa potencial adesão advém de expectativas relacionadas ao compartilhamento de valores e ao enredamento identitário, o que impede a captura da ação espontânea por teorias que não valorizem o senso comum, o cotidiano e o lugar.

Evidentemente, existe dominação na ação espontânea e preservada de aprendizados pretéritos, das relações hierárquicas e da vivência da escassez. Porém essa ação possui a capacidade de ir além do já concebido e previsto. Dos gestos-fio “impensados” podem advir descobertas radicalmente novas e vínculos imprevisíveis, o que também é necessário à tessitura do social, especialmente num período caracterizado pelo esgarçamento de relações sociais. Acrescente-se que o entendido como “impensado” por determinado segmento social pode simplesmente expressar a existência de racionalidades alternativas, estranhas à lógica sistêmica (parcelar e excludente) dominante. As racionalidades alternativas emergem em experiências espaço-temporais que se afastam daquelas vidas pelos segmentos sociais que controlam os meios técnicos mais atualizados de circulação e comunicação.

Na atual fase do capitalismo, ao contrário do prometido pelas novas tecnologias, a sincronização de atos entre segmentos sociais diferentes, que propiciaria a co-presença e a sociabilidade, exige esforços adicionais de difícil realização. Como diz Norbert Elias (1998):

... a determinação do tempo, ou a sincronização, representa uma atividade humana a serviço de objetivos precisos. Não existe nela uma simples relação, mas uma operação de estabelecimento de relações. Daí a pergunta: quais são, portanto, o sujeito e o objeto desse estabelecimento de relações, e com que finalidade ele é efetuado? (p.39).

Frente ao apagamento dos objetivos comuns e à desregulamentação, que se manifestam no caso de grandes instituições responsáveis pela marcação da vida urbana, que incluem as do “mundo do trabalho”, a sincronização tende a articular os similares, ou a limitar-se ao alcance de objetivos específicos. Nessas condições, o real compartilhamento do ritmo urbano depende daquela ação que é capaz de estabelecer improváveis sintonias e harmonias em contextos antagônicos (Certeau, 1998).

É assim que as fraturas sociais, correlatas ao estrito controle espacial (guetificação e gentrificação), podem dar origem a usos disruptivos do tempo, como demonstram as numerosas manifestações, no Rio de Janeiro, que interrompem a circulação urbana, criando espaços públicos provisórios no asfalto quente (Ribeiro; Lourenço, 2004). Conquista-se espaço através de atos que confrontam a reprodução sistêmica da vida urbana. Trata-se de apropriações do espaço expressivas de racionalidades alternativas ainda em processo de sistematização. Porém ensaios dessa sistematização são identificáveis na repetição de formas de apropriação espacial por distintos atores políticos e movimentos sociais. Nessa repetição, é possível reconhecer sintomas de que se encontra em germinação uma outra cidade (Santos, 2000), bem diferente daquela imaginada pelos que anseiam pela materialização, no país, da face luxuosa, gestora e contemplativa da cidade global.

Essa cidade, afirmada como ideal corporativo e paradigma da administração pública, tem sido inviabilizada pelo aumento da desi-

gualdade em todas as escalas. A sua parcial realização periférica simplesmente antecipa, radicalizando-as, as distâncias sociais que também se tornam cada vez mais nítidas nas grandes cidades dos países centrais. Com essas distâncias, verifica-se que a difusão dos pressupostos da atual ordem dominante traz desordem e entropia, expondo a necessidade de desvendamento de energias sociais propícias a uma outra experiência urbana: plural, igualitária e justa. Como disse Milton Santos (2005):

A questão, para nós, seria descobrir e pôr em prática novas racionalidades, em outros níveis e regulações mais consentâneas com a ordem desejada, desejada pelos homens, lá onde eles vivem. (p. 154)

REFERÊNCIAS

- ALGEBAILLE, Eveline. *Escola pública e pobreza: expansão escolar e a formação da escola dos pobres no Brasil*. 2004. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação / UFF.
- BECKER, Howard. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. Capítulo: as regras e sua imposição.
- _____. *La culture au pluriel*. Paris: Éditions du Seuil, 1988.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERTEAU, Michel de. *La culture au pluriel*, Paris, Éditions du Seuil, 1993.
- CUERVO GONZÁLEZ, Luis Mauricio. Ciudad y complejidad: los rumbos. In: GERALDO, Fabio (Ed). *Ciudad y complejidad*. Bogotá: FICA, Ensayo y Error, 2003.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- FUENTES, Carlos. *Por un progreso incluyente*. México: Instituto de Estudios Educativos y Sindicales de América, 1997.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- LEFEBVRE, Henri. *La vida cotidiana en el mundo moderno*. 3.ed. Madri: Alianza Editorial, 1984.
- LUCKÁCS, Georg. Postface. In: SIMMEL, Georg. *Philosophie de l'amour*. Paris: Rivages Poche / Petite Bibliothèque, 1988.
- MARRAMAO, Giacomo. *Céu e terra: genealogia da secularização*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MARZULO, Eber Pires. *Espaço dos pobres. Identidades sociais e territorialidades na modernidade tardia*. 2005. Tese (Doutorado) IPPUR/UFRJ.
- MENDES JÚNIOR, Walcler de Lima. *O demoiurgo moderno no espaço midiático: conflitos de representação urbana*. 2005. Dissertação (Mestrado) - IPPUR / UFRJ.
- PINTO, Julio. *Max Weber actual: liberalismo ético y democracia*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1996.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, Cátia Antonia et al. *Formas em crise. Utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.
- _____.; LOURENÇO, Alice. Discurso tentativo sobre o anonimato. *Estado e Sociedade*, [S.l.], v. 16, n.1/2, 2001. Org. Brasilmar Ferreira Nunes.
- _____. O direito de ir e vir no espaço urbano: o acesso privatizado. In: REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DESENVOLVIMENTO URBANO DO CLACSO. La Paz: CLACSO, 2004.
- _____. SILVA, Cátia Antonia da; VIEIRA, Hermani de Moraes. Reproducción social e involución intrametropolitana en Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MUNDO URBANO Y RURAL EN AMERICA LATINA. Osaka: Museu Nacional de Etnología, 1996.
- RODRIGUES, Glauco Bruce. *Geografias insurgentes: um olhar libertário sobre a produção do espaço urbano através das práticas do movimento hip hop*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia / UFRJ.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- _____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- SARTRE, Jean-Paul. *Questão de método*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- TOURAINÉ, Alain. *Le retour de l'acteur: essai de sociologie*. Paris: Fayard, 1984.

(Recebido para publicação em novembro de 2005)
(Aceito em dezembro de 2005)